

TALES RABELO FREITAS

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SISTEMA ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE KARL POLANYI

Recebido em 03/11/2020

Aprovado em 08/02/2021

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E SISTEMA ECONÔMICO: A PERSPECTIVA DE KARL POLANYI

Resumo

Para Karl Polanyi, o sistema econômico não é passível de ser analisado de maneira isolada das instituições sociais. A falácia do economicismo negligencia variáveis sociais que são fundamentais para a determinação da ação econômica e das transformações sistêmicas. Isso implica que a ascensão do sistema de mercados autorregulados e sua dominância sobre as instituições sociais não são um movimento natural quando analisado à luz de toda a história das sociedades humanas. Para o autor, o que ocorreu foi uma espécie de desenraizamento da economia, embora este movimento tenha sido apoiado em um contexto institucional bastante específico no passado, e sem possibilidade de sustentação. Por ser a economia um subproduto das instituições sociais, a abordagem polanyiana entende que qualquer análise, seja da dinâmica econômica, seja de suas transformações, deve ser realizada tendo em conta as necessidades da sociedade como um todo.

Palavras-chave: instituições; economicismo; Karl Polanyi

**TALES RABELO
FREITAS**

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: tales.rabelo@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7450-424X>

Abstract

For Karl Polanyi, the economic system cannot be analyzed in isolation from social institutions. The economicism fallacy neglects social variables that are fundamental for determining economic action and systemic transformations. This implies that the rise of the self-regulated market system and its dominance over social institutions are not a natural movement when analyzed in the light of the entire history of human societies. For the author, what happened was a kind of uprooting of the economy, although this movement has been supported in a very specific institutional context in the past, and with no possibility of sustainability. As the economy is a by-product of social institutions, the Polanyian approach understands that any analysis, whether of economic dynamics or its transformations, must be carried out taking into account the needs of society as a whole.

Keywords: institutions; economicism; Karl Polanyi

I. Introdução

Karl Polanyi (1886-1964) foi um importante historiador econômico e economista institucionalista. Sua obra de maior destaque foi *A grande transformação*, com sua primeira edição publicada em 1944. A sua abordagem parte do princípio de que a vida econômica dos povos não é separada das instituições sociais (KNOEDLER *et alii*, 2007). De forma considerada contraditória por alguns estudiosos de seus escritos, Polanyi analisa os impactos do desenraizamento da instituição do livre mercado no século XIX das demais normas de vida, explicitando seus efeitos perversos nas sociedades e, por fim, sua ruptura na virada para o século XX (BLOCK, 2003; GEMICI, 2008).

Polanyi foi muito interessado na incorporação da antropologia e dos princípios evolucionários em seus trabalhos de história e teoria econômica. A análise do autor foi influenciada pelo seu interesse nas questões metodológicas envolvendo a antropologia econômica e os sistemas econômicos comparativos (STANFIELD, 1980; CANGIANI, 2011). Estas proporcionavam uma reflexão que contrariava a teoria econômica desenvolvida até então, tanto do lado dos ortodoxos quanto do da heterodoxia.

Foi esta abordagem histórico-antropológica, apoiada no princípio da incorporação dos processos econômicos no contexto social e cultural dos povos, que permitiu a Polanyi explicar os impactos nocivos do sistema de mercado autorregulável. Parte do foco de suas obras está nas transformações que as sociedades experimentaram a partir da adoção do livre mercado.

Com base nos escritos de Bronisław Malinowski (1935, 2002, 2015), Raymond Firth (2011 [1929]) e Richard Thurnwald (2018 [1932]), Polanyi afirma que o problema do sistema de mercado não é a exploração e os baixos salários, que é a problemática marxista. Para ele, os males do capitalismo residem na degradação das relações sociais e da substância humana, sendo esta reduzida ao caráter de mercadorias (BUGRA & AGARTAN, 2007). Os modos de organização da economia eram dos mais diversos nas etapas de desenvolvimento anteriores à institucionalização do método capitalista de produção.

O comportamento econômico dos indivíduos respeitava os hábitos culturais de suas respectivas comunidades. Porém, esse ajuste foi abalado com a instituição do sistema de mercado autorregulável em meados do século XIX. A nova lógica passou a ser representada pela sujeição dos vários aspectos da vida social pelas leis de mercado. Esse processo é chamado por Polanyi (2012a) de “mercadorização” do trabalho e da terra, cujo resultado foi o desenraizamento do comportamento econômico dos demais hábitos de vida dos indivíduos (DALE, 2008).

A abordagem de Polanyi é tão complexa quanto as dos demais autores da literatura clássica de economia, como Adam Smith, Marx e Keynes. Porém, as suas ideias sobre a dualidade dos processos econômicos enraizados/desenraizados das demais instituições sociais geraram divergências entre seus intérpretes.

Este artigo tem como objetivo analisar os vários aspectos dos escritos desse autor. A primeira seção abrange a crítica de Polanyi contra o que chama de “falácia economicista”, que é a escolha das teorias econômicas padrões pela negligência das variáveis sociais. Em seguida, na segunda seção, analisa-se como a abordagem polanyiana explica o processo de ascensão do livre mercado e a mudança de dominação institucional, com o sistema de mercado autorregulado sobressaindo-se em relação às instituições sociais. Na terceira seção tem-se o argumento de Polanyi de que as transformações sociais e econômicas sempre ocorrem com base nas necessidades da sociedade como um todo, e não a partir dos imperativos de classes isoladas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2. A falácia economicista

Um dos pontos fundamentais do pensamento de Polanyi é a sua crítica ao que denominou de “falácia economicista”, ao se referir à tendência das teorias econômicas tradicionais em analisar todos os aspectos da vida humana e social como sendo redutíveis aos princípios econômicos (BLOCK

& SOMERS, 2014; BUGRA & AGARTAN, 2007). Para isso, Polanyi (1957) apresenta dois significados distintos do termo “econômico”. O primeiro é o sentido substantivo, que decorre da realidade e centra-se na forma como os seres humanos organizam e alocam os esforços para a busca das coisas necessárias para a subsistência. Já o segundo sentido é denominado de economia formal, e se refere ao nível lógico, no qual há uma situação de escolha que surge a partir da escassez de recursos. A diferença entre os dois conceitos é que o conceito substantivo não necessariamente estabelece a necessidade de escolha e nem implica insuficiência de recursos, e quando há a escolha, ela não é determinada, necessariamente, pelos efeitos da escassez.

A crítica à visão formal é que a economia é definida como um processo instituído a partir das relações entre os homens e a natureza, cujo resultado é o fornecimento permanente de recursos que garantem a subsistência da sociedade (POLANYI, 1957). Portanto, o autor enfatiza, em suas análises, a primazia das relações sociais não redutíveis ao âmbito da racionalidade utilitarista da economia formal. Assim, a interação social que explica os fenômenos econômicos está constituída em três níveis distintos (BLOCK & SOMERS, 2014; POLANYI, 1957):

- a) o contexto global em que a sociedade se situa;
- b) as ações dos Estados;
- c) os conflitos entre as classes sociais e outros grupos.

O uso do significado formal denota a economia como uma sequência de atos de economizar, ou seja, de escolhas induzidas por situações de escassez. Embora as regras que rejam tais atos sejam universais, a extensão em que as regras são aplicáveis a uma economia definida depende de essa economia ser ou não, de fato, uma sequência de tais atos. [...] A relação entre a economia formal e a economia humana é, com efeito, contingente. Fora de um sistema de mercados formadores de preços, a análise econômica perde a maior parte de sua relevância como um método de investigação sobre o funcionamento da economia. (POLANYI, 1957, p. 247; tradução nossa)

Diante disto, em detrimento do método da economia ortodoxa, que assume princípios universais e imutáveis, o autor foca sua análise nas instituições políticas e sociais de um povo para explicar o sistema econômico. Em outras palavras, enquanto os economistas clássicos analisavam as distintas sociedades, primitivas e contemporâneas, sob o mesmo prisma, Polanyi assumiu que as motivações para a ação econômica poderiam ser distintas no tempo e espaço (BLOCK & SOMERS, 2014).

Com base na literatura antropológica de Malinowski (2015 [1926]) e Thurnwald (2018 [1932]), Polanyi estabelece dois princípios que regem a ação econômica dos indivíduos e das sociedades ao longo da história: a reciprocidade e a redistribuição¹ (POLANYI, 2012a). Estes princípios, além de não serem abarcados pelas teorias econômicas ortodoxas, vão contra as ideias de que os agentes são egoístas e agem apenas em função de assegurar seus desejos individuais. Enquanto na economia clássica a ordem e o bem-estar da sociedade são estabelecidos a partir das ações egoístas dos agentes, a abordagem de Polanyi afirma que a organização das atividades econômicas é assegurada através da existência de um código de honra e generosidade instituído, o qual, por sua vez, atua impedindo os indivíduos de agirem individualmente e em detrimento do bem-estar da comunidade.

O hábito da reciprocidade gera confiança entre as pessoas, de modo que ninguém pense que seus esforços serão em vão ou direcionados para sustentar possíveis aproveitadores.

[...] a troca de produtos e serviços é realizada principalmente dentro de uma parceria permanente, ou está associada a laços sociais definidos ou acoplada a uma reciprocidade em questões não econômicas. A maioria dos atos econômicos, quando não todos, é vista como pertencendo a alguma cadeia de presentes recíprocos e contrapresentes, que no longo prazo se equilibram, beneficiando igualmente ambos os lados. (MALINOWSKI, 2015 [1926], p. 39)

¹ Deve-se ter em mente que mercados existiram em diversas sociedades e em praticamente todos os momentos da história humana. Porém, a presença de mercados não implica a instituição de uma sociedade de mercado. Barber (1995) argumenta que a sociedade moderna não é exclusivamente uma sociedade de mercado. Ao longo do tempo os três tipos de troca econômica foram verificados ao mesmo tempo, porém, em cada época um mix diferente entre estes foi estabelecido.

Já a redistribuição está associada à vaidade, demonstração de superioridade e riqueza. Geralmente, nas sociedades primitivas, os excedentes de cada família ou grupo eram compartilhados com o restante da comunidade. As recompensas para as doações e distribuições dos excedentes eram mensuradas através do ganho de prestígio social, o que tem como resultado sentimentos de manifestação de poder e elevação da personalidade (POLANYI, 2012a; MALINOWSKI, 2015 [1926]).

Conforme o autor, a motivação para o trabalho não é encontrada na lógica econômica, impulsionada pela maximização de utilidade e dos lucros, mas sim determinada pela cultura e pelas instituições estabelecidas socialmente. Desta forma, Polanyi apoia-se nos estudos de economia primitiva de autores da antropologia para definir os princípios da motivação humana nas relações econômicas:

- a) A motivação do ganho não é “natural” no homem [...]
- b) Contar com o pagamento do trabalho não é “natural” no homem [...]
- c) Restringir o trabalho ao mínimo inevitável não é “natural” no homem [...]
- d) Os incentivos habituais do trabalho não são o ganho, mas a reciprocidade, a competição, o prazer do trabalho e a aprovação social [...]
- e) O homem, sempre o mesmo em todas as épocas. [...] Thurnwald enfatiza a similaridade dos homens em todos os estágios do seu desenvolvimento [...]
- f) Os sistemas econômicos, em regra, estão inseridos nas relações sociais; a distribuição dos bens materiais é assegurada por motivos não econômicos [...]
- g) A coleta individual de alimentos para uso da própria pessoa e da família não é parte da vida do homem primitivo [...]
- h) A reciprocidade e a redistribuição são princípios de comportamento econômico que se aplicam não apenas a pequenas comunidades primitivas, mas também a grandes e poderosos impérios. (POLANYI, 2012a, pp. 296-300)

A partir daí, Polanyi (*ibidem*) esforça-se em demonstrar como a sociedade capitalista emerge de um contexto em que os mecanismos de mercado estavam presentes apenas parcialmente e, mesmo assim, dominados pelas demais instituições sociais. O autor argumenta que o sistema de mercado autorregulável não foi um fenômeno espontâneo e natural, e sim um projeto político com o intuito de realizar mudanças institucionais que estabelecessem o trabalho, a terra e o dinheiro como mercadorias (BUGRA & AGARTAN, 2007). Desta forma, opõe-se aos economistas que fazem a análise dos fenômenos socioeconômicos partindo dos princípios que regem a dinâmica do livre mercado, como se esta instituição estivesse presente nos genes do sistema e coordenasse a vida das sociedades desde os primórdios. Nas palavras do autor, “a economia de mercado é uma estrutura institucional, e sempre nos esquecemos disto, que nunca esteve presente a não ser em nosso tempo e, mesmo assim, ela estava apenas parcialmente presente” (POLANYI, 2012a, p. 40).

Essa visão tradicional do “economicismo” negligencia motivações e eventos de outras naturezas. Os agentes não agem segundo os princípios utilitaristas, “para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais”, pois o seu propósito vai além, está submerso nas relações sociais historicamente construídas, ou seja, o homem age para “salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social” (*ibidem*, p. 48).

Para o autor, a falácia economicista incorre no erro de igualar a economia humana em sua generalidade com sua forma de mercado. Isto faz com que se parta de um caso específico na história econômica, como a instituição de mercado dominante na era moderna, para analisar o processo como um todo. Esta lógica reduz todas as motivações do trabalho e dos negócios à busca pelo nível ótimo de remuneração e lucro. Nas palavras do autor, esta abordagem “defende a presença virtual de um sistema de mercado em todas as sociedades [...]. Toda a economia humana, portanto, poderia ser encarada como um mecanismo potencial de oferta-procura-preço, e os processos

reais, sejam quais forem, seriam explicáveis em termos dessa hipótese” (POLANYI, 2012b, p. 270).

Para Polanyi (*ibidem*), as motivações por trás da atividade econômica são das mais diversas, apresentando especificidades, no tempo e no espaço, que não são redutíveis ao mecanismo clássico de oferta-demanda-preço autor-reguláveis. “A pré-história, a história da Antiguidade e, a rigor, como Karl Bucher foi o primeiro a proclamar, toda a história, afora estes últimos séculos, tiveram economias cuja organização diferiu de tudo que tem sido presumido pelos economistas” (*ibidem*, p. 272). O autor também lista algumas motivações negligenciadas nos modelos teóricos clássicos e que foram verificadas ao longo da história.

Os monges comerciavam por razões religiosas, e os mosteiros tornaram-se os maiores estabelecimentos comerciais da Europa. O *kula* dos nativos das ilhas Trobriand, um dos mais intrincados sistemas de trocas que o ser humano já conheceu, é sobretudo uma busca estética. A economia feudal dependia largamente dos costumes e da tradição. Entre os kwakiutl, o objetivo principal da indústria parece ser satisfazer uma questão de honra. No despotismo mercantilista, a indústria era concebida para servir ao poder e à glória. (*ibidem*, p. 55)

Desta forma, há de se conceber que os fatos da economia não podem ser desvinculados da vida social como um todo. Não há uma natureza econômica prévia e independente das instituições sociais que regulam os vários níveis da interação humana. Os mercados, configurados da forma reconhecida atualmente, somente surgiram e se estabeleceram com o desenvolvimento de instituições posteriores, de modo que o simples aprofundamento do comércio na sociedade não foi condição suficiente para a criação de uma economia de mercado.

O fortalecimento dos mecanismos de mercado permitiu a difusão da ideia de que as instituições sociais eram determinadas pelo sistema econômico, o qual se estabeleceu como uma lei geral que visa explicar a sociedade humana em geral. Apesar desta lei ser válida para uma sociedade dominada

pela economia de mercado – a qual representa uma parcela mínima da história –, ela não serve para explicar os movimentos de transformação social, os quais são atrelados a motivações que vão além da ótica utilitarista. É a partir deste erro da economia clássica que os escritos de Polanyi mostram a necessidade de aprofundar os estudos sobre a natureza humana e suas inclinações para compreender quais forças estão por trás das instituições e dos hábitos que regularam, e continuam determinando, a sociedade ao longo da história.

3. Economia enraizada/desenraizada e as transformações nas sociedades de mercado

Em termos gerais, da mesma forma como fazem os autores da literatura de economia institucional original, a análise econômica de Polanyi não parte do indivíduo como unidade básica. O seu método apoia-se no princípio de que os processos econômicos são integrados à rede de relações sociais, as quais apresentam propriedades que se desenvolvem e se transformam no desenrolar da história (CANGIANI, 2003; 2011).

Para o autor, o comportamento econômico dos indivíduos é indissociável dos demais hábitos que regulam as outras áreas da vida em sociedade. A separação e a identificação de algum comportamento como comportamento econômico específico são uma abstração mental dos economistas, a cujo método Polanyi se opõe. “*As pessoas vivem suas vidas como um todo integrado, não como formas de dois aspectos distintos, ‘o econômico’ e ‘o não econômico’*” (KNOEDLER *et alii*, 2007, p. 114; tradução nossa; grifos no original).

Porém, Polanyi (2012a) inverte a relação entre economia e sociedade quando passa a analisar os processos econômicos do mundo ocidental a partir do século XIX. No primeiro momento, o argumento é que as formas de produção e distribuição dos recursos entre os indivíduos sempre respeitaram as formas de organização social.

Já na segunda parte de *A grande transformação* esta lógica se inverte. Ou seja, as instituições sociais tornaram-se subordinadas aos imperativos do sistema econômico de mercado autorregulável. O trabalho e a terra, que antes eram utilizados para o atendimento das necessidades fundamentais do homem, passaram a ser reconfigurados como mercadorias e, conseqüentemente, demandados para atenderem as necessidades da reprodução do capital, de modo que “a sociedade humana tornara-se um acessório do próprio sistema econômico” (*ibidem*, p. 81):

Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado – em outras palavras, como mercadorias. A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria – trabalho, terra e dinheiro – foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda. (*idem ibidem*)

Essa transformação não foi um movimento natural, mas instituída como um projeto político para o enfrentamento dos problemas derivados da Revolução Industrial, o que justifica o argumento de Polanyi sobre o desenraizamento do sistema econômico do século XIX das demais instituições da sociedade ocidental. “*A fim de permitir o uso de maquinários elaborados e poderosos, transformamos a economia humana em um sistema autoajustável de mercados e ajustamos nossos pensamentos e valores aos moldes desta única inovação*” (POLANYI, 1947, p. 109; tradução nossa; grifos no original).

A ideia utópica do estabelecimento de um sistema econômico com base nos princípios do mercado autorregulável surge em um contexto dominado por uma cultura comercial em crescimento e de surgimento de novas formas de produção, derivadas das inovações tecnológicas. Polanyi (2012a) enfatiza a eclosão deste sistema na Inglaterra – tendo se espalhado para outros países do continente europeu e para a América do Norte – e as condições

construídas para a realização deste projeto político. Assim, a implementação do sistema capitalista liberal se deve a partir do somatório dos seguintes componentes:

- a) a política de cercamento dos campos abertos e as conversões da terra arável em pastagem durante o período Tudor na Inglaterra;
- b) a incorporação de inovações de técnicas produtivas;
- c) um contexto representado por uma sociedade agrária e comercial.

Polanyi afirma que este projeto se apoiava em quatro mecanismos fundamentais, e conscientemente orientados para a sustentação do sistema de livre mercado:

A primeira era o sistema de equilíbrio de poder que, durante um século, impediu a ocorrência de qualquer guerra prolongada e devastadora entre as Grandes Potências. A segunda era o padrão internacional do ouro, que simbolizava uma organização única na economia mundial. A terceira era o mercado autorregulável, que produziu um bem-estar material sem precedentes. A quarta era o Estado liberal. Classificadas de um certo modo, duas dessas instituições eram econômicas e duas, políticas. Classificadas de outra maneira, duas delas eram nacionais, duas, internacionais. Entre si elas determinavam os contornos característicos da história de nossa civilização. (*ibidem*, p. 3)

Com a ruptura destas instituições, iniciada no fim do século XIX e intensificada no início do século XX, conseqüentemente houve a queda do sistema de mercado autorregulável. Polanyi (2012a) pontua os eventos que levaram ao fim o capitalismo liberal nesse período:

- a) a concentração de renda e a organização sindical resultaram em revoltas dos trabalhadores assalariados contra as condições precárias de trabalho e a baixa remuneração, o que levou ao rompimento com o mercado autorregulador;
- b) a instabilidade do sistema de equilíbrio de poder levou ao surgimento da Primeira Guerra Mundial;

c) conseqüentemente, o padrão-ouro se rompe a partir da inabilidade da *haute finance* em contornar a disseminação das guerras;

d) e finalmente, o fim do Estado liberal foi substituído por ditaduras totalitárias.

O rompimento com o sistema de livre mercado não foi acidental, mas espontâneo. O que Polanyi quis dizer sobre este processo de ruptura é que a instituição dos mercados autorregulados tem como propósito se enraizar nas demais instituições, dominando-as a partir do estabelecimento de um sistema econômico autônomo. Porém, este processo está fadado ao fracasso, principalmente pela incapacidade do capitalismo liberal de se perpetuar nas sociedades humanas, uma vez que, em algum momento, o bem-estar e a capacidade de sobrevivência dos povos serão colocados em risco (BLOCK & SOMERS, 2014; KRIPPNER, 2001).

Nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria de tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicariam a autorregulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira. Foi esse dilema que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nela se baseava. (POLANYI, 2012a, p. 4)

Ou seja, a dominância do mercado sobre a vida social não é o meio “natural” de se organizar a sociedade. O que ocorreu foi o seu estabelecimento a partir de um contexto político específico, o qual não pode ser tratado como a norma perante a totalidade da história da civilização humana.

Este duplo movimento – desenraizamento/reenraizamento da economia – foi gerado por um mecanismo de contramovimento das sociedades. À medida que a utopia do projeto do livre mercado procurava moldar as instituições

sociais para permitir a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro, a sociedade buscava, por outro lado, proteger-se das degradações impostas pelo mercado. Essa resistência foi espontânea e veio de todos os lados: o trabalho, a terra e o dinheiro não eram, estritamente falando, mercadorias, e os esforços para tratá-los como tal representavam um assalto direto às sensibilidades e aos meios de subsistência (KRIPPNER, 2001; DALE, 2008; GEMICI, 2008).

Por ser a sociedade de mercado uma “anomalia social” na história da humanidade, sua incapacidade de perpetuação se deve ao processo de desconexão do sistema econômico do conjunto de motivações humanas, que vão além da remuneração pecuniária. Ou seja, toda e qualquer atividade, para se manter válida, deve se adequar à necessidade da acumulação de riqueza.

[Até a época dos escritos de Polanyi] Somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido como válido na história das sociedades humanas e, certamente nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro. O sistema de mercado autorregulável derivou unicamente desse princípio. (POLANYI, 2012a, p. 31)

Para Polanyi (2012a), os escritores liberais tinham o pensamento de que o movimento da sociedade em direção ao livre mercado era um movimento natural. Enquanto para estes “todo o protecionismo foi um erro resultante da impaciência, ambição e estreiteza de visão, e sem elas o mercado teria resolvido suas dificuldades”, a contraposição polanyiana argumenta que “o conceito de um mercado autorregulável era utópico e seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade” (*ibidem*, p. 158).

Outra questão sobre a interpretação de Polanyi acerca da dicotomia enraizada/desenraizada é a rejeição das pressuposições liberal e marxista, que estabelecem a existência de um sistema econômico autônomo, sujeito à sua própria lógica (BLOCK & SOMERS, 2014). O argumento do autor é que uma economia de mercado somente se mantém a partir da dependência de

um Estado para gerenciar a oferta e demanda das chamadas “mercadorias fictícias” – o dinheiro, o trabalho e a terra. Neste caso, embora se afirme que há autonomia no processo de mercado autorregulável das instituições sociais, esta não se sustenta por muito tempo por ir contra os imperativos das demais motivações humanas.

A ideia de que o sistema de mercado autorregulável se tornou desenraizado das demais instituições sociais levou à uma certa divergência entre os intérpretes do autor. Alguns afirmaram ser confusa a dualidade enraizado/desenraizado, levando a interpretações ambíguas.

Barber (1995) critica o dualismo empregado por Polanyi, o que, para ele, apenas a visão de sistemas econômicos incorporados às instituições sociais deve ser aceita. Por outro lado, Lie (1991) observa que a contradição se deve pela crítica moral de Polanyi ao sistema de mercado, fazendo-o perceber a criação do livre mercado como um experimento social e, portanto, incapaz de conciliá-lo com as demais instituições. Já Block (2003) avalia que Polanyi vislumbrou a ideia de uma economia de mercado sempre enraizada, mas não foi capaz de elaborar este argumento. Este também afirma que Polanyi seguiu a lógica de Marx de analisar as contradições do capitalismo, de modo que uma tendência inicial para a criação de um sistema econômico autorregulável produz, espontaneamente, uma contratendência na direção de limitar sua atuação.

A história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento: a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias. Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro, uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro. (POLANYI, 2012a, p. 82)

Krippner (2001) considera o dualismo enraizado/desenraizado uma contradição reconciliável. Isso decorre do objetivo de Polanyi de refutar a análise baseada no *homo economicus* e, ao mesmo tempo, retratar o mercado como uma instituição entrelaçada com as demais. A ideologia do livre mercado simplesmente refletia as instituições que passaram a moldar a vida social. Porém, não foi um movimento espontâneo e livre de conflitos, pois a instituição do mercado autorregulável foi o resultado de batalhas políticas, e que não se sustentou devido à própria “natureza das coisas” (POLANYI, 2012a, p. 309).

Krippner (2001) também argumenta que Polanyi pretendeu demonstrar que, dentro do específico contexto histórico da sociedade do século XIX, e apenas neste, os economistas liberais estavam corretos. Porém, o erro do *mainstream* econômico consistia em tratar as regularidades provenientes de um sistema regido pelos princípios do mercado autorregulável como uma categoria trans-histórica.

Já Hodgson (2017) afirma que Polanyi errou ao dar grande ênfase aos mercados e não às instituições financeiras que impulsionaram a transformação a partir do século XVIII. Menciona os trabalhos de Commons (1924) e Schumpeter (1954), os quais atribuem ao crescimento do sistema financeiro o mecanismo crucial para a imposição da ideologia economicista na sociedade. Para Hodgson, isso alimenta o argumento antimercado e negligencia a importância desta instituição nas sociedades modernas e de economia complexa.

Ainda, segundo Hodgson (2017), a ideia de uma economia desenraizada da sociedade dá a entender que mercados, quando existem, devem ser sempre autorregulados e livres de interferência, quando, na verdade, há a possibilidade de mercados ligados ao contexto social. Neste caso, em vez de um ataque geral ao sistema de mercado, há de se considerar diferentes tipos de economia de mercado, diferentes graus de domínio de mercado, diferentes maneiras de manter os mercados sob controle e diferentes maneiras de lidar com os problemas que os mercados podem exacerbar ou criar.

Diante deste debate sobre o dualismo enraizado/desenraizado nos escritos de Polanyi, entende-se como mais coerente a interpretação da instituição do mercado autorregulável não como um sistema econômico desenraizado da sociedade, mas como uma transformação na ordem com que o conjunto de instituições sociais passou a ser organizado.

O mercado, que nas economias primitivas era colocado em segundo plano, respeitando a cultura do grupo, passou a dominar as demais instituições no século XIX. Essa alternância não significa que o sistema de mercado adquiriu uma lógica autônoma da natureza humana e social. Também não significa que é uma propensão natural à qual todas as sociedades estão sujeitas. O real significado é que a economia de mercado foi apenas uma forma que a sociedade encontrou, no contexto político da época, para lidar com as novas tecnologias de produção dentro de um sistema de poder já prevalecente.

De um lado, se afirma que o sistema de mercado é enraizado, pois é fruto das ações e hábitos humanos socialmente instituídos, por outro, se diz desenraizado, uma vez que se alternou a lógica de dominação. Ou seja, na economia do século XIX não foi mais o mercado que se sujeitou às instituições sociais, mas o contrário. O desenraizamento não significa uma desconexão entre economia e sociedade, mas sim uma mudança de protagonismo sobre qual instituição será a principal responsável pelo direcionamento da trajetória do sistema como um todo.

Mesmo diante das críticas, os escritos de Polanyi são importantes para contestar as motivações humanas que servem como base da economia neoclássica. A percepção do autor sobre as motivações humanas por trás da ação econômica fornece alternativa relevante para compreender o comportamento das variáveis econômicas, como as decisões de investimento, produção, inovação, política econômica, além da própria mudança econômica e social.

4. Interesses de classes e mudança social

Polanyi (2012b) fez oposição às ideias de conspiração coletivista dos pensadores liberais e à teoria de classe do desenvolvimento social, pelo lado marxista. Para os primeiros, o protecionismo resultante do fim do livre mercado no final do século XIX foi o resultado dos interesses dos latifundiários, industriais e das organizações sindicais, que destruíram os mecanismos do mercado autorregulável. Já os marxistas argumentam sobre uma conspiração capitalista, movida pelas grandes empresas, para induzir os governos a desencadear guerras em favor dos interesses dos financistas e da indústria armamentista.

Sustentando o ponto de vista de classes opostas, liberais e marxistas defenderam propostas idênticas. Defenderam que o protecionismo do século XIX resultou da ação de classes, e que essa ação deve ter servido primordialmente aos interesses econômicos dos membros das classes em questão. Juntos, eles obstruíram quase por completo a visão geral da sociedade de mercado e da função do protecionismo nessa sociedade. (*ibidem*, p. 362)

A opinião do autor é de que as transformações e qualquer processo social de longo prazo não são redutíveis aos interesses individuais de qualquer classe. “O destino das classes é determinado pelas necessidades da sociedade muito mais que o destino da sociedade pelas necessidades das classes” (*idem ibidem*).

A visão holística de Polanyi apregoa que as propriedades institucionais das classes que compõem a sociedade devem ser compreendidas em consonância com a situação total da comunidade e não derivadas de forma atomística. Além do mais, argumenta ser errada a visão de que os interesses de classe são de natureza estritamente econômica. Em vez disso, o autor afirma que as classes são movidas para a conquista e/ou manutenção de *status* dentro de uma sociedade.

As teorias de classes oferecem uma explicação apenas parcial da dinâmica e do desenvolvimento social. Estas funcionam no máximo para analisar circunstâncias de curto prazo, quando se tem uma estrutura social definida;

ao passo que esta sofre mudanças é de se esperar que novas regularidades sistêmicas passem a emergir. Pode ocorrer de uma classe perder sua função e, portanto, desintegrar-se ou ser suplantada, como também classes distintas se coadunarem para granjear objetivos convergentes. Neste último caso, haveria a necessidade de considerar atividades que sejam ditadas por interesses mais amplos do que os de uma classe isolada. Consequentemente, os interesses de classe por si só não poderiam oferecer uma explicação satisfatória para qualquer processo social de longo prazo (*ibidem*).

Tanto a expansão, quanto o embargo do sistema de livre mercado ao longo dos séculos XIX e XX, se deveram aos interesses, econômicos e não econômicos, de mais de uma classe social. A promoção do sistema capitalista de produção esteve atrelada ao surgimento de uma nova classe de empresários e trabalhadores urbanos, mas tiveram apoio das classes fundiárias tradicionais. Este movimento, a princípio, era compatível com os interesses de todos, inclusive de trabalhadores. Já a obstrução do sistema de mercado autorregulável ocorreu a partir da coalizão das mesmas classes:

As tarifas aduaneiras, que implicavam lucros para os capitalistas e salários para os trabalhadores, significavam, em última instância, a segurança contra o desemprego, a estabilização das condições regionais, a garantia contra a liquidação de indústrias e, o que talvez fosse mais importante, a evitação da dolorosa perda de status que inevitavelmente acompanha a transferência para um emprego em que o homem é menos qualificado e experiente. (*ibidem*, p. 365)

A transformação social, portanto, ocorre na medida em que as distintas classes vão experimentando o desconforto e a impossibilidade de manutenção dos seus interesses. Há casos em que a ausência de soluções convenientes para as classes em geral leva à dissolução de grupos existentes ou ao surgimento de outros. Conforme Polanyi (*ibidem*, pp. 367-368), o sucesso de uma classe social “é determinado pela amplitude e a variedade dos interesses a que ela possa servir, afora os seus”, de modo que, “nenhuma classe brutalmente egoísta é capaz de se manter na liderança”.

Ainda sobre a crítica às doutrinas economicistas, que concebem a natureza dos interesses de classe como sendo essencialmente econômicos, para Polanyi (*ibidem*), é somente nos casos excepcionais da história que as sociedades foram condicionadas por fatores econômicos. A regra geral é que as motivações humanas são determinadas por fatores que vão além da simples satisfação material. É o reconhecimento social – como a reputação, o *status* e a posição ocupada – o componente mais relevante para a determinação do comportamento de classe, enquanto as questões puramente econômicas ficam em segundo plano (*ibidem*). Assim, uma concepção muito estreita do interesse econômico das classes leva a uma interpretação deturpada da história social e política.

Por esta perspectiva, tem-se que a expansão do mercado foi promovida e obstruída pela ação conjunta das distintas classes, e tal mudança, como todas as outras, é associada a um fenômeno cultural e não, econômico. A classe emergente dos empresários industriais, surgida a partir dos remanescentes de classes anteriores, somente conseguiu liderar a transformação que se iniciara a partir da Revolução Industrial por abranger os interesses da comunidade como um todo. Entretanto, na medida em que a nova classe capitalista conseguia instituir um sistema de mercado, teve de enfrentar certas resistências das classes fundiárias tradicionais e do nascente proletariado fabril. “Foi exatamente porque os interesses – não econômicos, mas os sociais – de diferentes segmentos da população foram ameaçados pelo mercado que, inconscientemente, pessoas de diversas camadas econômicas uniram forças para enfrentar o perigo” (*ibidem*, p. 366).

Nem sempre os movimentos que levam à mudança são harmoniosos, ocorrendo calamidades sociais, como é o caso dos baixos salários oferecidos aos trabalhadores, exploração de mão de obra infantil e condições precárias de trabalho que se verificaram nas primeiras décadas do sistema fabril. Para Polanyi (*ibidem*), a degradação da vida humana, oriunda das transformações que fizeram emergir o sistema de mercado autorregulável, é fruto não apenas da exploração econômica, mas também da desintegração cultural.

“O processo econômico pode fornecer o veículo da destruição, mas nem por isso a causa imediata de sua ruína é econômica; ela reside, antes, no ferimento letal infligido às instituições em que sua existência social se encarna” (*ibidem*, p. 370).

Sobre isto, Polanyi (*ibidem*) demonstra as implicações trágicas da imposição do sistema de mercado nos países colonizados, como fora nas regiões da África Ocidental e na Índia. O crescimento econômico, medido a partir da melhoria geral das condições materiais, não evitou a desestruturação social, levando à miséria e a degradações em certas áreas. Na Índia, a fome que alastrou o país na segunda metade do século XIX foi um resultado da destruição do estilo de vida das comunidades aldeãs a partir da introdução do sistema de mercado pela colonização britânica. A livre comercialização dos cereais e o barateamento permanente do *chaddar* – devido à mudança do estilo de produção artesanal para o industrial de grande escala – fizeram com que a subsistência se tornasse complicada, porque os baixos salários não eram suficientes para a compra de alimentos, uma vez que estes se tornaram caros. Ou seja, a mudança na forma de distribuição da produção, abrindo mão de um modo mais comunitário – com a presença de depósitos locais para o abastecimento geral das famílias – e passando para o controle do mercado, gerou grandes períodos de desestruturação social, provocando fome e miséria.

As três ou quatro grandes fomes que dizimaram a Índia durante o governo britânico, desde a rebelião, não foram consequência das forças da natureza nem da exploração, mas, simplesmente, da nova organização de mercado do trabalho e da terra, que desarticulou a antiga aldeia, sem de fato resolver seus problemas. (*ibidem*, p. 374)

Fenômeno semelhante ocorreu na África, quando a instituição do mercado autorregulável não conseguiu ser assimilada pelas comunidades nativas. Além disso, o processo de colonização promoveu outros movimentos que culminaram na destruição das instituições cerimoniais que dominavam as manifestações culturais dos indivíduos. “A abolição das lutas reduz a

população, uma vez que a guerra resultava em muito poucas baixas, ao passo que sua ausência significa a perda de costumes e cerimônias revigorantes, e a conseqüente monotonia e apatia nocivas da vida na aldeia” (*ibidem*, p. 378).

Assim, a ruptura com as tradições culturais e a incompatível inserção de um sistema de mercado em comunidades em que, até então, a acumulação de bens era considerada uma prática desonrosa têm como resultado a degradação social e econômica destes povos, uma vez que a motivação original para o trabalho não é mais encontrada na estrutura institucional.

Em suma, a abordagem de Polanyi explica que as motivações por detrás das transformações experimentadas pelas sociedades são de cunho social e não, econômico, indo de encontro ao que os economistas tradicionais afirmam. Além disso, a mudança não é direcionada exclusivamente por uma determinada classe de forma isolada, mas sim a partir dos interesses da sociedade como um todo. Mesmo que o estímulo para a mudança tenha partido de certo grupo, a aderência deve ser geral, do contrário haveria, segundo o autor, um processo de degradação social que, em algum momento, tornaria insustentável o modo de organização emergente, ocasionando a desintegração ou transformação de uma ou mais classes.

A queda do sistema de livre mercado no século XX, como citado por Polanyi, se deu pelo motivo de insustentabilidade da manutenção dos *status* sociais das distintas classes. “O mercado de trabalho competitivo atingiu o portador da força de trabalho, ou seja, o homem. O livre comércio internacional foi uma ameaça para a agricultura. O padrão-ouro pôs em risco as organizações produtivas cujo funcionamento dependia do movimento relativo dos preços” (*ibidem*, p. 376).

Logo, a perda da autoestima suportada pelos trabalhadores e a ameaça de queda da dignidade social de capitalistas e latifundiários tornaram evidente a necessidade de mudança. Tal mudança vai no sentido de reverter o processo vigente de dominação do sistema de mercado autorregulável, dando início à criação de instituições para o controle dos mercados e retomando o protagonismo dos imperativos sociais no comando da trajetória do sistema como um todo.

5. Considerações finais

São duas as lições gerais que os escritos de Polanyi buscam passar. A primeira é a de que o sistema de mercados autorreguláveis não é natural às sociedades humanas, no sentido de que este é um caminho para o qual todos os povos estariam destinados a perseguir. A implementação deste sistema no século XIX, e que durou até a parte inicial do século XX, ocorreu com base em contexto político e tecnológico específico, no qual a solução encontrada pela sociedade para lidar com os problemas emergentes foi alterar a dinâmica institucional.

A segunda lição é que não é correto negligenciar fatores sociais na análise econômica. Mesmo que Polanyi tenha afirmado sobre a existência de um desenraizamento entre economia e sociedade, com a adoção do sistema de mercados autorregulados, argumenta-se neste artigo que se pode resolver a aparente confusão do autor a partir da interpretação de que a guinada liberal levou à uma alteração na dinâmica de dominação institucional, e não a um rompimento propriamente dito. Isso pois, a lógica de dominação é passível de alteração sempre que as soluções para o bem-estar social se tornarem difíceis. Ou seja, na iminência de uma profunda deterioração das condições de vida e da reprodução das inclinações humanas afloradas pelas instituições sociais, a sociedade como um todo é pressionada para modificar a ordem institucional vigente.

No intuito de sugerir futuras pesquisas a partir deste referencial teórico, considera-se que a abordagem polanyiana oferece uma agenda de pesquisa ampla e que é possível avançar por dois caminhos principais. O primeiro seria no sentido de analisar fenômenos capitalistas passados, como o enfraquecimento do sistema de mercado a partir das duas Grandes Guerras Mundiais. Já um segundo caminho estaria relacionado aos estudos de eventos atuais, como as implicações das transformações na estrutura produtiva global no bem-estar social e seus impactos na manutenção ou ruptura do sistema liberal atual, o qual foi resgatado nos anos de 1970 e, conseqüentemente, vem sendo aprofundado desde então.

Referências

- BARBER, B. "All economies are 'embedded': the career of a concept, and beyond", *Social Research*, v. 62 (2), pp. 387-413, 1995.
- BLOCK, F. "Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation", *Theory and Society*, v. 32, n. 3, pp. 275-306, 2003.
- BLOCK, F. & SOMERS, M. R. *The power of market fundamentalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.
- BUGRA, A. & ARGATAN, K. (orgs.). *Reading Karl Polanyi for the twenty-first century: market economy as a political project*. Houndmills and New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- CANGIANI, M. "The forgotten institution", *International Review of Sociology/Revue Internationale de Sociologie*, v. 13, n. 2, pp. 327-341, 2003.
- _____. "Karl Polanyi's Institutional Theory: Market Society and its 'Disembedded' Economy", *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 1, pp. 177-198, 2011.
- COMMONS, J. R. *Legal Foundations of Capitalism*. New York: Macmillan, 1924.
- DALE, G. "Karl Polanyi's The Great Transformation: perverse effects, protectionism and Gemeinschaft", *Economy and Society*, v. 37, n. 4, pp. 495-524, 2008.
- FIRTH, R. *Primitive Economics of the New Zealand Maori (Routledge Revivals)*. New York: Routledge, 2011 [1929].
- GEMICI, Kurtulus. "Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness", *Socioeconomic Review*, vol. 6 (1), pp. 5-33, Oxford University Press, 2008.
- HODGSON, G. M. "Karl Polanyi on economy and society: a critical analysis of core concepts", *Review of Social Economy*, v. 75, n. 1, pp. 1-25, 2017.
- KNOEDLER, J. T.; PRASCH, R. E. & CHAMPLIN, Dell P. (eds.). *Thorstein Veblen and the revival of free market capitalism*. Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2007.
- KRIPPNER, G. R. "The elusive market: Embeddedness and the paradigm of economic sociology", *Theory and Society*, v. 30, n. 6, pp. 775-810, 2001.
- LIE, J. "Embedding Polanyi's market society", *Sociological Perspectives*, v. 34, n. 2, pp. 219-235, 1991.
- MALINOWSKI, B. *Coral Gardens and Their Magic: A Study of the Methods of Tilling the Soil and of Agricultural Rites in the Trobriand Islands. II, the Language of Magic and Gardening*. Bloomington, London: Routledge Falmer, 1935.
- _____. *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Hoboken, New Jersey: Routledge, 2002 [1922/1994].
- _____. *Crime e costume na sociedade selvagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- POLANYI, K. "Our Obsolete Market Mentality: 'Civilization Must Find a New Thought Pattern'", *Commentary*, v. 3, pp. 109-117, 1947.
- _____. "The Economy as Instituted Process". In: POLANYI, K.; ARENSBERG, Conrad M. & PEARSON, Harry W. (orgs.). *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1957, pp. 243-270.
- _____. *A grande transformação: as origens políticas e econômicas do nosso tempo*. São Paulo: Campus, 2012a.
- _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.
- SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. ed. EB Schumpeter. London: George Allen and Unwin, 1954.
- STANFIELD, J. R. "The institutional economics of Karl Polanyi", *Journal of Economic Issues*, v. 14, n. 3, pp. 593-614, 1980.
- THURNWALD, R. *Economics in primitive communities*. London: Routledge, 2018.